

Desenvolvimento local e organização sócio-espacial

Local development and social spatial organization

Desarrollo local y organización socio espacial

Sergio Ostetto Oliveira

Universidad Complutense de Madrid

contato: osteto@milenniumnet.com.br

Resumo: Este estudo propõe-se a analisar, de forma esquemática, o processo de globalização, desenvolvimento e organização socioeconômica do Brasil, assim como a contextualização histórica das economias formal, informal e de subsistência. A globalização exige que as comunidades criem políticas inovadoras para competir no mercado, domínio em que a difusão das inovações tecnológicas e o aperfeiçoamento dos recursos humanos são contínuos e velozes. A intensificação desse processo contribui para transformar os comportamentos e as lógicas de indivíduos, empresas e instituições, no tocante à organização dos territórios.

Palavras-chave: Globalização; Inovações tecnológicas; Desenvolvimento local.

Abstract: This paper schematically studies the process of globalization, development and social-economic organization in Brazil, as well as the historical contextualization of the formal, informal and subsistence economy. Globalization demands that communities create innovating politics to compete on the market, where the spread of technological innovations and the improvement of human resources are continuous and move rapidly. The intensification of this process helps to transform the behaviour and the logic of individuals, companies and institutions, regarding the organization of territories.

Key words: Globalization; Innovations; Local development.

Resumen: Este estudio se propone analizar, de forma esquemática, el proceso de globalización, desarrollo y organización socioeconómica de Brasil, así como la contextualización histórica de las economías formal, informal y de subsistencia. La globalización exige que las comunidades creen políticas innovadoras para competir en el mercado, dominio en que la difusión de las innovaciones tecnológicas y el perfeccionamiento de los recursos humanos son continuos y veloces. La intensificación de ese proceso contribuye para transformar los comportamientos y las lógicas de individuos, empresas e instituciones, en lo que se refiere a la organización de los territorios.

Palabras claves: Globalización; Innovaciones tecnológicas; Desarrollo local.

Globalização e desenvolvimento

Nos últimos anos, novos referenciais teóricos surgem não só no seio das ditas ciências naturais e sociais, como também no âmbito dos mais diferentes meios produtivos. Observa-se também um amplo movimento de redefinição de conceitos que, aos poucos, ganham novas significações. Entre outros aspectos, tal fato gera um período de grandes transformações nas mais variadas esferas da vida social, cujo pano de fundo é o processo de globalização (PORTUGUEZ, 1999).

Nesse contexto, o termo “desenvolvimento” implica em dimensões teóricas cada dia mais complexas. É evidente que essa temática não diz respeito somente aos interesses da Geografia. Outros segmentos do saber científico também têm se debruçado sobre o estudo do desenvolvimento, em um esforço contínuo para se compreender a amplitude da noção no atual momento histórico, apesar dos seccionismos acadêmicos ainda existentes. Essa transdisciplinaridade conduz a uma visão mais abrangente da problemática (CARPIO, 1999a).

Na concepção popular, o desenvolvimento pode ser entendido como sinônimo de progresso, ampliação quali-quantitativa

dos recursos de produção, que, na crítica de Souza (in RODRIGUES, 1997, p. 18), “é basicamente, o binômio formado pelo crescimento econômico [mensurável por meio de crescimento do PNB ou PIB] e pela modernização tecnológica, em que ambos se estimulam reciprocamente”.

Souza (1992, p. 123), ao analisar a validade e as limitações do planejamento integrado do desenvolvimento sócio-espacial, advertiu sobre os riscos dos parcialismos analíticos que ainda hoje dominam a produção intelectual. Alertou ainda sobre a fragilidade com que as articulações intertemáticas e interescares se apresentam, mostrando que os recortes temáticos empobrecem o entendimento global, constituindo um claro exemplo do caráter positivista do trabalho acadêmico, que tenta dividir a realidade social em esferas dotadas, cada uma, de “vida própria”: econômica, política, cultural e outras.

Max-Neef (1996) discutiu inúmeros aspectos referentes ao “desenvolvimento” como sendo um processo capaz de satisfazer às necessidades humanas, tidas por ele não somente como metas a serem atingidas, mas também como a razão de existência desse processo. Para esse pesquisador,

El desarrollo a Escala Humana no excluye metas convencionales como crecimiento económico para que todas las personas puedan tener un acceso digno a bienes y servicios. Sin embargo, la diferencia respecto de los estilos dominantes radica en concentrar las metas del desarrollo en el proceso mismo del desarrollo. En otras palabras, que las necesidades humanas fundamentales pueden comenzar a realizarse desde el comienzo y durante todo el proceso de desarrollo; o sea, que la realización de las necesidades no sea la meta, sino el motor del desarrollo. Ello se logra en la medida en que la estrategia de desarrollo sea capaz de estimular permanentemente la generación de satisfactores sinérgicos.

Por sua vez, Cavaco (in RODRIGUES, 1997) empregou a expressão "Desenvolvimento Local" para se referir ao processo em que as localidades, munidas de seus recursos mais variados, criam oportunidades de promoção de bem-estar coletivo, implementando atividades que de alguma forma dinamizem a economia em pequena escala, gerando o "desenvolvimento" do lugar mediante estratégias de baixo impacto sócio-ambiental. Essa autora tem pesquisado o turismo rural português, e procura divulgar a idéia da busca de avanço sócio-econômico democrático e fiel às coletividades receptoras.

Rodrigues (1997, p. 10) propõe uma concepção semelhante, quando afirma que o vocábulo *desenvolvimento* não pode ser empregado como sinônimo de crescimento, nem tampouco regular a distribuição da riqueza. Lembra ainda que a "economia não é tudo sem eficácia social", pois o crescimento do PIB não pode ser tomado como referencial único para definir o "desenvolvimento".

Em seus estudos sobre o "desenvolvimento com base local", a autora propõe, especificamente para o caso do turismo, um trabalho de planejamento e gestão do referido processo fundamentado nas características e anseios das localidades receptoras, como contraposição às demandas massacrantes do grande capital, que muitas vezes se instalam em áreas ainda inexploradas para fins de recreação, tecnificam-na, criam uma estrutura receptiva totalmente desvinculada dos aspectos sócio-ambientais locais, sem, contudo, melhorar as condições de vida da coletividade receptora, o que acaba gerando ou agravando a exclusão social.

Com o exposto, vê-se que as idéias apresentadas pelos autores citados são muito

semelhantes, pois todos trabalham o planejamento e a gestão do "desenvolvimento" com base nos lugares, preocupando-se claramente com o equilíbrio sócio-ambiental das localidades receptoras.

No entanto, Ávila (2000) apontou que os europeus tratam o Desenvolvimento Local mais como descentralização de processo de gestão pública e empresarial (ou de sua extensão aos locais visando à geração de emprego e renda nesse nível), sem tocarem nos próprios paradigmas vigentes de desenvolvimento, tratando-se de espécie de socialização humanitária da globalização e concentração, inclusive, geográfica de riquezas e acessos econômicos. Referiu, também, que, no Brasil, o Desenvolvimento Local é tratado como "contrapé" ou "contraponto" entre globalizados e globalizadores, sendo o desenvolvimento local endógeno ou de dinâmica endógena pela qual a comunidade se torna apta (capaz, competente e hábil) de se tornar sujeita e agente de seu desenvolvimento, capaz de equilibrar e "metabolizar" o que lhe vem de fora.

Assim, para efeito deste estudo, admitiu-se a idéia de "Desenvolvimento sócio-espacial" proposta por Marcelo J. L. de Souza, cujas reflexões, além de serem compatíveis com essa investigação, avançaram na discussão teórica do "*desenvolvimento*", representando uma das mais consistentes contribuições da Geografia brasileira à análise desse processo. Segundo Santos, Souza, Silveira (1994), desenvolvimento pressupõe mudança, transformação - e uma transformação positiva, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja por que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade com um valor social.

Os autores lembram ainda que a necessidade de se buscar o desenvolvimento é uma das características das sociedades ocidentais e/ou ocidentalizadas, que têm na idéia de "modernidade" (em suas múltiplas nuances), a base cultural de sustentação desse processo. Após levantarem uma série de questionamentos sobre o contexto cultural em que se construiu (e ainda se constrói) a noção de desenvolvimento, salientaram ainda que qualquer tentativa de apreendê-lo, avançará

teoricamente quando se admitir uma ruptura consciente com o etnocentrismo e com a idéia heterônima de uma verdade absoluta.

Também não se deve tentar defini-lo de uma vez por todas, sendo mais sensato buscar um princípio norteador de modo que a reflexão esteja sempre aberta a novas contribuições. Assim, os autores entendem o desenvolvimento sócio-espacial como um processo de aprimoramento, gradativo ou, também através de bruscas rupturas, das condições gerais de viver em sociedade em nome de uma maior facilidade individual e coletiva, o princípio mais fundamental sobre o qual pode se assentar esse processo parece ser a autonomia individual e coletiva. A autonomia é um princípio ético e político, o qual não define um conceito de desenvolvimento, mas justamente propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidades de cada cultura, o conteúdo concreto, sempre mutável, do desenvolvimento: as prioridades, os meios, as estratégias (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1994).

Espaço (total e local)

Como processo, o desenvolvimento sócio-espacial deve ser pensado em sua totalidade, pela academia, que deve adotar uma postura transdisciplinar, e pelos seus gestores, que devem operacionalizá-lo com base em um planejamento transetorial. Essa, na realidade, é a única forma de promovê-lo de forma realmente integrada (SANTOS, 1998a).

Dessa maneira, vislumbra-se uma noção desse processo, que muito se distancia das conceituações tradicionais, em que o aspecto econômico figura como esfera principal de todas as ações. Questiona-se, também, a simplificação da idéia de desenvolvimento, quando considerada como superação do subdesenvolvimento, caracterizada somente como sinônimo de pobreza e/ou poucos recursos, para ampliação dos mecanismos de produção, que têm nas nações centrais do mundo capitalista os “modelos ideais” a serem copiados.

Para Milton Santos (1998b), a idéia de lugar está intimamente relacionada com o conceito de espaço, argumentando que, “o espaço total e o espaço local são aspectos de

uma mesma e única realidade”. Esse autor (1998) afirma que cada lugar é marcado por uma combinação técnica diferente e por uma combinação diferente dos componentes do capital, o que atribui a cada qual uma estrutura de capital própria, à qual corresponde uma estrutura específica do trabalho. Em cada lugar, as variáveis A, B e C não têm a mesma posição no aparente contínuo, porque elas são marcadas por qualidades diversas. Isto resulta do fato de que cada lugar é uma combinação de técnicas quantitativamente diferentes, individualmente dotadas de um tempo específico – daí a diferença entre eles.

Neste sentido, e considerando a interpretação das idéias de Milton Santos, observa-se que a identidade do lugar pode ser definida com base em seu conteúdo técnico, conjunto e natureza de técnicas presentes na configuração do território, da demanda informacional, que chega ao local tecnicamente estabelecido, da densidade comunicacional, resultante da interação entre as pessoas, e pela densidade normativa, visto que as normas são consideradas como elementos definidores desse lugar.

Deve-se levar em consideração o papel do significado de tempo, chegando à conclusão de que é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Para Milton Santos, existe dupla questão no debate do lugar: visto “de fora” é resultante dos acontecimentos históricos mais amplos que, de alguma forma, impõem-se e participam de sua configuração, e visto “de dentro” o lugar se refere ao arranjo das forças que se conjugam internamente, conferindo-lhe identidade própria.

A história econômica mundial mostra claramente o quanto o “desenvolvimento” não se processou de forma especialmente homogênea, em função dos modelos mundialmente adotados de reprodução de capital que, ainda hoje, têm papel altamente segregador, pois privilegia algumas áreas para implementação de projetos desenvolvimentistas, em detrimento de outras.

Nesse sentido, na chamada “engrenagem global”, o meio rural passou a atuar como área marginalizada, uma vez que o discurso clássico da ‘modernidade’ se apoiou durante anos na atividade industrial, privi-

legiando a cidade, em um processo hierarquizador desses lugares, em que o campo passou a exercer o papel de saneador das necessidades urbanas, fornecendo matéria-prima, alimentos, água potável, reservas de valores, entre outros exemplos, fato que resultou o retardamento – e, em alguns casos, até mesmo a atrofia – de suas empreitadas de promoção do crescimento econômico e da conquista de melhor qualidade de vida. Ao campo coube, nesse processo, a função de consumir os serviços e produtos oriundos das cidades, em um comportamento eminentemente passivo diante do dito “processo global”.

Não só no Brasil, como em muitas outras nações do mundo, o processo de urbanização, mesmo que diferenciado, provocou o esvaziamento das áreas rurais, resultando não só em graves problemas sociais para o meio rural, como também para o urbano. O campo passou a depender cada vez mais do governo para se manter produtivo, mas, mesmo com esse auxílio, em muitos casos, a produtividade permaneceu insuficiente, para assegurar o bem-viver das populações rurais, que experimentaram – e muitas ainda experimentam – dolorosas fases de escassez dos mais elementares recursos de subsistência. A esse respeito, Cavaco (in RODRIGUES, 1996, p. 96) afirma:

O mundo ocidental conhece atualmente múltiplas situações de crise econômica e social, mas também de novas oportunidades, geradas por sistemas de apoios oficiais e privados, nomeadamente no quadro de programas nacionais e comunitários, pelas novas tecnologias de comunicação, informação, produção, organização e marketing ou pelas inovações no sentido da qualidade (...). No nível de micro-regiões, nos pequenos territórios, aldeias e populações são fortemente sentidas as mediocridades de rendimentos e condições de vida, a falta de empregos e ganhos, traduzidas no êxodo, a de serviços de apoio aos idosos, as insuficiências no acesso e na qualidade do ensino ou da assistência, a falência das atividades econômicas, a destruição dos tecidos socioeconômicos, a pobreza, a degradação geral da habitação, das ruas.

Nesse sentido, uma série de medidas, como linhas de crédito, subsídios, financiamentos de produção, entre outras, foi tomada em nome do socorro ao meio rural, resultando em outros graves problemas como elevação dos custos sociais da produção, incentivo à dependência financeira, juros

elevados e até mesmo o comprometimento da posse da terra em caso de longas inadimplências por empresários.

De uma forma geral, os parques tecnológicos concentram atividades de alta tecnologia e têm como componente essencial, pelo menos, um departamento universitário ou instituto tecnológico onde as empresas podem se comunicar facilmente, tanto material como intelectualmente.

A proximidade com os espaços metropolitanos, onde há facilidades com a economia externa, mão-de-obra qualificada, universidades, centros de investigação avançados, um bom sistema de telecomunicações, existência de capital de risco, pode atrair empresários e profissionais de alta qualificação. Tudo isto é complementado, quando as instituições locais apóiam os investimentos, principalmente na fase inicial de instalação.

Os investidores desejam contar com uma urbanização de qualidade, baixa densidade ocupacional, zonas verdes amplas, infra-estruturas técnicas e, por isso, os responsáveis pela administração pública local devem oferecer estes atrativos, se quiser atrair os investidores para seus territórios.

Parques tecnológicos e inovações locais

A instalação de parques tecnológicos merece uma atenção especial por parte dos gestores públicos, que devem se interessar pela dimensão territorial, de uma reestruturação produtiva na busca de um desenvolvimento maior e mais equilibrado para as regiões. Muitos parques tecnológicos e científicos foram implantados na década de 1980, na Europa, e em outras partes do mundo a partir da década de 1990.

Uma visão geral dos resultados das implantações poderá auxiliar na criação de novos parques, através da análise sistemática de fatores como: as principais dificuldades que se devem enfrentar durante todo o período de inovação; os critérios mais usados para a implantação e sua fase inicial; os debates atuais sobre o êxito, que podem orientar com argumentos tais estudos; análises críticas sobre determinados exageros e erros que foram produzidos nos estudos teóricos e a implantação que estes parques podem apresentar como perspectivas de futuro.

Na visão de March (in RODRIGUES, 1997, p. 18), para a implantação um parque tecnológico, é preciso: estimular a formação de novas empresas em setores de ponta e atrair companhias especializadas em tecnologias avançadas; facilitar a colaboração entre investigação e indústria; revitalizar os setores industriais tradicionais da região, por meio da incorporação da região e de novas tecnologias.; promover a vocação empresarial e o trabalho inovador local; favorecer a independência tecnológica da região mediante a geração interna de novos avanços e aplicações tecnológicas; converter-se em defensor e divulgador das políticas de inovação regional; gerar um importante volume de exemplos de alta qualificação.

Sem uma política de inovação para o desenvolvimento local, os esforços serão nulos. Dessa forma, a apresentação de propostas políticas pode orientar o início de um trabalho bem sucedido, devendo-se sempre dimensionar três aspectos fundamentais:

a) *Políticas específicas de apoio* - com programas de iniciativas comunitárias e de iniciativas industriais.

b) *Metodologia* - apoio empresa/entorno, em que as empresas desenvolvem programas de financiamento, informação, inovação, etc. Existindo também a cooperação de ações coletivas, serviços empresariais (oferta e demanda) e integração de políticas de promoção e ordenação (vantagens competitivas).

c) *Agentes* - descentralização de decisões regionais e locais, com a colaboração do setor público e privado, sempre diversificando as políticas de acordo com os espaços existentes, visando ao desenvolvimento industrial e à interação dos mesmos.

Thirion (1995) apresenta algumas orientações para se analisar as necessidades de inovações locais. O diagnóstico preliminar, segundo o autor, pode estar voltado para o desenvolvimento rural, enfatizando-se os seguintes objetivos: econômico, com a criação de empregos e de atividades; social, com o fortalecimento da coesão e da integração; cultural, com a apropriação e valorização do patrimônio, assim como a renovação e o fortalecimento da identidade local; conservação e renovação dos recursos disponíveis.

Para se atingir tais objetivos, o desenvolvimento do território precisa ser dura-

douro e ainda levar em conta as oportunidades e os obstáculos internos ligados aos fatos históricos de cada território e os externos que derivam da abertura das economias locais.

É essencial analisar estas oportunidades e estes obstáculos por oito pontos-chaves, dos quais alguns apresentam coincidências entre si: a mobilização da população local e a coesão social; a cultura e a identidade do território; as atividades e os empregos; a imagem do território; as migrações e a inserção social e profissional; o meio ambiente; a gestão dos espaços e dos recursos naturais; a evolução de tecnologias; a competitividade; e o acesso aos mercados.

Cada localidade poderá identificar e analisar os seus desafios específicos, quais problemas enfrentará e prever as trocas e adaptações principais, a descentralização política, fortalecendo a rede e os espaços coletivos de intercâmbios e de tomada de decisões, e a organização socioeconômica.

Considerações finais

As empresas inovadoras tendem a se concentrar especialmente em certos âmbitos, sobretudo as de caráter urbano-metropolitano, sem excluir, no entanto, algumas áreas rurais e pequenas cidades. O importante é conhecer até que ponto as características locais apresentam fatores de impulso nesta direção.

Dois tipos de razões complementares são importantes para que essas inovações concentradas se realizem: primeiro, a existência de certas condições territoriais que propiciam o surgimento de inovações em uns casos e em outros não. Daí a validade de se apropriar de um *saber fazer técnico* em certas atividades, recursos humanos com alto nível de formação, existência de infra-estruturas tecnológicas, universidades e centros de investigação de qualidade, capital de risco, etc.

A segunda razão é a proximidade espacial entre as pessoas potencialmente inovadoras, sobretudo as de pequenos grupos e destes com instituições locais favoráveis à inovação; gerando certo volume de idéias positivas para, em conjunto, facilitar os intercâmbios de informações, e assim poderão conjuntamente realizar projetos altamente competitivos no mercado local/regional/ nacional.

No aporte de Veltz (1995, p. 107-117), há que se destacar a aparente contradição que supõe aceitar a influência decrescente do fator distância, associada à melhoria dos sistemas de transporte e telecomunicações, afirmando-se o caráter polarizado da inovação e das empresas inovadoras.

Esse paradoxo tem sido o resultado da constatação que a globalização espacial gera diversas vantagens relacionadas com a diminuição nos cortes de transações entre as empresas de grande importância à medida que se solidificam os processos produtivos e crescem os intercâmbios de bens e serviços ou a mobilidade das pessoas por motivo de trabalho; a melhora nos processos de aprendizado e difusão de informações entre as empresas; a redução dos gastos e riscos associados ao próprio esforço inovador, parcialmente absorvido pelas relações de solidariedade e reciprocidade entre as empresas; a existência de um mercado local de trabalho especializado, em relação a uma determinada trajetória tecnológica, que facilita a incorporação das novidades ante a presença de um elevado número de profissionais com experiência no setor produtivo (concreto).

A investigação de meios inovadores tem chamado a atenção sobre o fato de que o território não atua como simples cenário inerte e neutro, em que as empresas se localizam e desenvolvem seus projetos de inovação, favorecendo ou dificultando seus avanços.

Barcelo (1994 apud VALLE, 1998, p. 36) referiu que o entorno territorial de uma empresa é um elemento fundamental para explicar a capacidade de inovação de um território e a possibilidade que tem uma empresa para oferecer determinados serviços que favoreçam suas próprias atividades relacionadas com a inovação tecnológica.

O território é o resultado de um processo surgido pelas estratégias dos atores e dos fenômenos de aprendizagem coletiva. A proximidade geográfica nem sempre se associa à geração e difusão de inovações.

O ponto de partida para se alcançar o desenvolvimento é a sensibilização a respeito da dimensão regional. A região e a política regional parecem diluir-se ante a crescente globalização de um sistema organizado, mediante fluxos e redes que desorientam as

fronteiras político-administrativas.

No entanto, com a sensibilização fecundada pode-se criar mercados competitivos locais/regionais com uma estrutura econômica, valores, culturas, instituições que poderão contribuir profundamente com o mercado nacional e com grande êxito competitivo.

Por isso, os objetivos da política tecnológica e regional devem se convergir de maneira visível, trazendo muitos efeitos cumulativos de forma a existir uma adequada coordenação entre ambas.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. C. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Ipespe, Hucitec, 1995. 132p.
- ÁVILA, V. F. et al. *Formação educacional para o desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceito*. Campo Grande-MS: UCDB, 2000.
- BALLESTEROS, A. G. *Métodos y técnicas cualitativas en geografía social*. Barcelona-Espanha, Oikos-tau, 1998. 239p.
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Progresso econômico e social*. 1998.
- CARPIO, J. M. Nuevas realidades en el desarrollo local en España e Iberoamérica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESARROLLO EN IBEROAMÉRICA. *Anales...* Santiago de Compostela, maio 1999a.
- _____. Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local. In: Souza, M. A. et al. (orgs.). *Metrópole e globalização*, São Paulo: Centro de Estudos de São Paulo (CEDESP), 1999b.
- _____. *Apontamentos de aula e apostila sobre desenvolvimento local*. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 1999c.
- _____. *Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural*. Madrid: Departamento de Geografía Humana, UCM, 2000.
- _____. *El desarrollo local - claves para la promoción del desarrollo*. Bruselas: Comité Económico y social de las Comunidades Europeas, 1995.
- MAX-NEEF, M. A. *Desarrollo a escala humana*, 1996. In: Valcárcel, G. *Desarrollo local y medio ambiente*. La Iniciativa comunitaria LEADER. Cuenca, Diputación de Cuenca. In: Carpio Martín, José. *Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural*, Madrid: Departamento de Geografía Humana, UCM, 2000.
- PORTUGUEZ, A. P. R. *Agroturismo e desenvolvimento regional*. São Paulo: [s.n.], 1999.
- RODRIGUES, A. B. *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S.; SZMRECSANYI, T. *Dinâmica da População: teoria, método e técnica de análise*. São Paulo: [s.n.], 1980.

SANTOS, M. *Técnica espaço tempo - globalização e meio técnico-científico informacional*. 3. ed. São Paulo: Hucitec 1998a, 190p.

_____. O espaço do cidadão. In: *Coleção Espaços*, 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998b.

_____. *A natureza do espaço - técnica e tempo e razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 305p.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, M. L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p. 14-35, 1992.

THIRION, S. et al. Seminário - métodos úteis para o diagnóstico permanente do território. In: *Guía metodológica para el análisis de las necesidades locales de innovación*. 2. ed. Madrid: UCM, 1996.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais - pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TROITIÑO VINUESA, M. A. *Espacios naturales protegidos y desarrollo rural: una relación territorial conflictiva*. Boletín de la A.G.E., n. 20, p. 23-37, 1995.

TRULLÉN, J. Eficacia productiva y cooperación entre empresas locales. *Revista Economía Industrial*, n. 286, Madrid: [s.n.], p. 37-41, julio/agosto 1992.

VALLE, R. M. G. Del. *Las políticas regionales de innovación en la promoción del desarrollo*. *Revista Eure*, Santiago de Chile, p. 29-74, 1995.

VALLE, R. M. G. Del. *Geografía económica - la lógica espacial del capitalismo global*. Barcelona: Ariel, 1997.

_____. *Inovación tecnológica y reorganización del espacio industrial: una propuesta metodológica*. *Revista Eure*, Santiago de Chile, n. 73, vol. XXIV, p. 31-54, diciembre 1998.

VÁSQUEZ BARQUERO, A. *Desarrollo económico: flexibilidad en la acumulación y regulación*. In: *Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo*. Madrid: Pirámide, 1988.

VELTZ, P.; SAVY, M. *Economie globale et réinvention du local*. Marsella: Datar, 1995.